

GT Finanças Verdes

1ª Reunião Anual

20 de junho de 2023

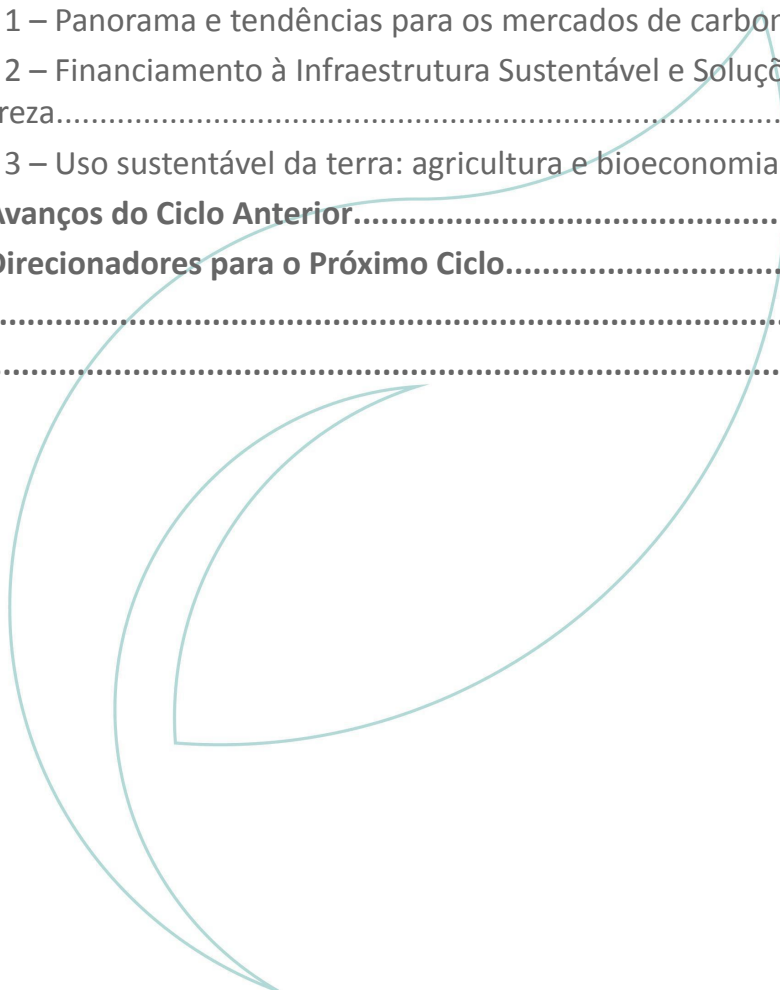
Consultores: Roberta Simonetti e Eduardo Cury



Laboratório de Inovação Financeira

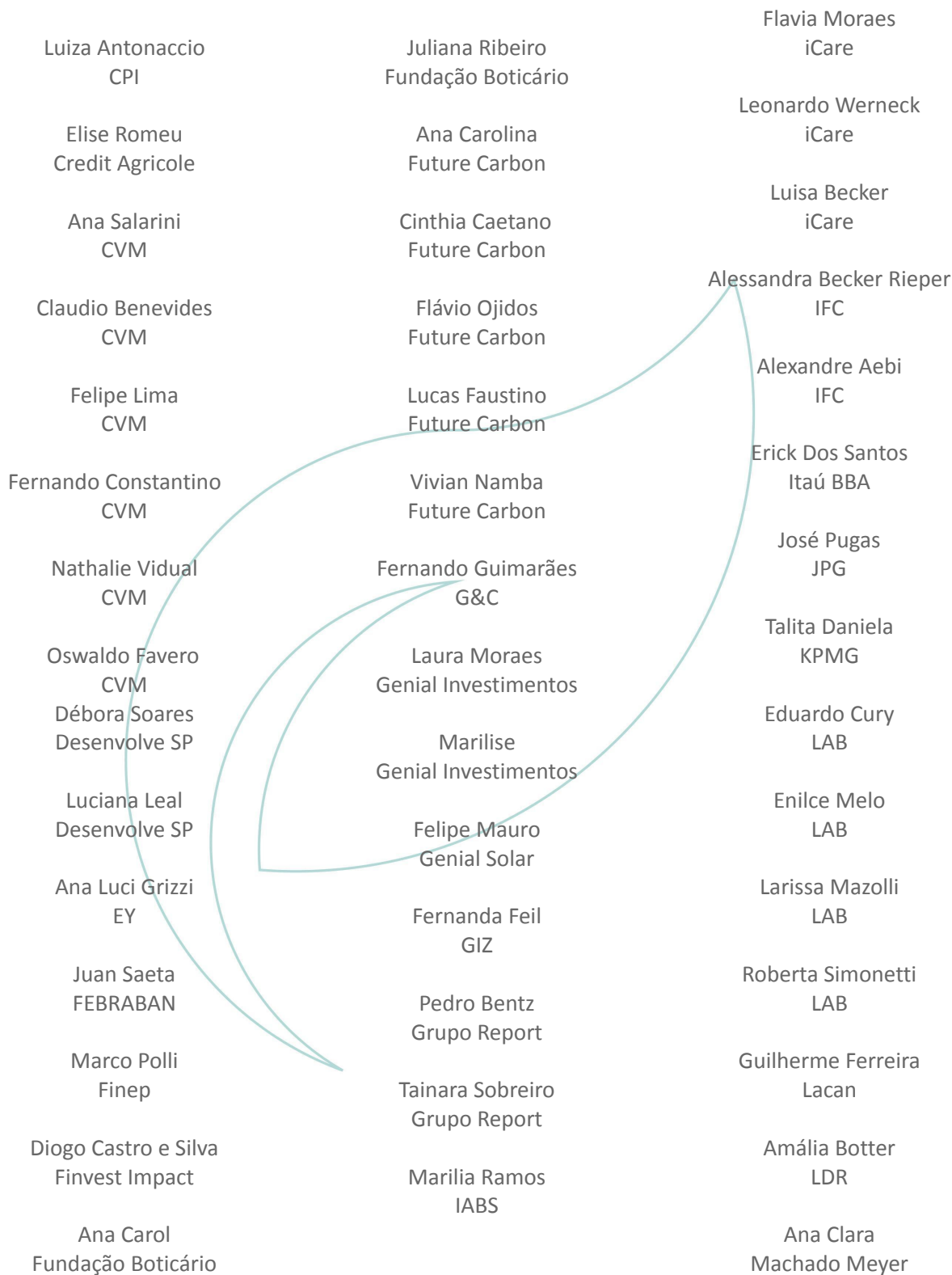
Índice

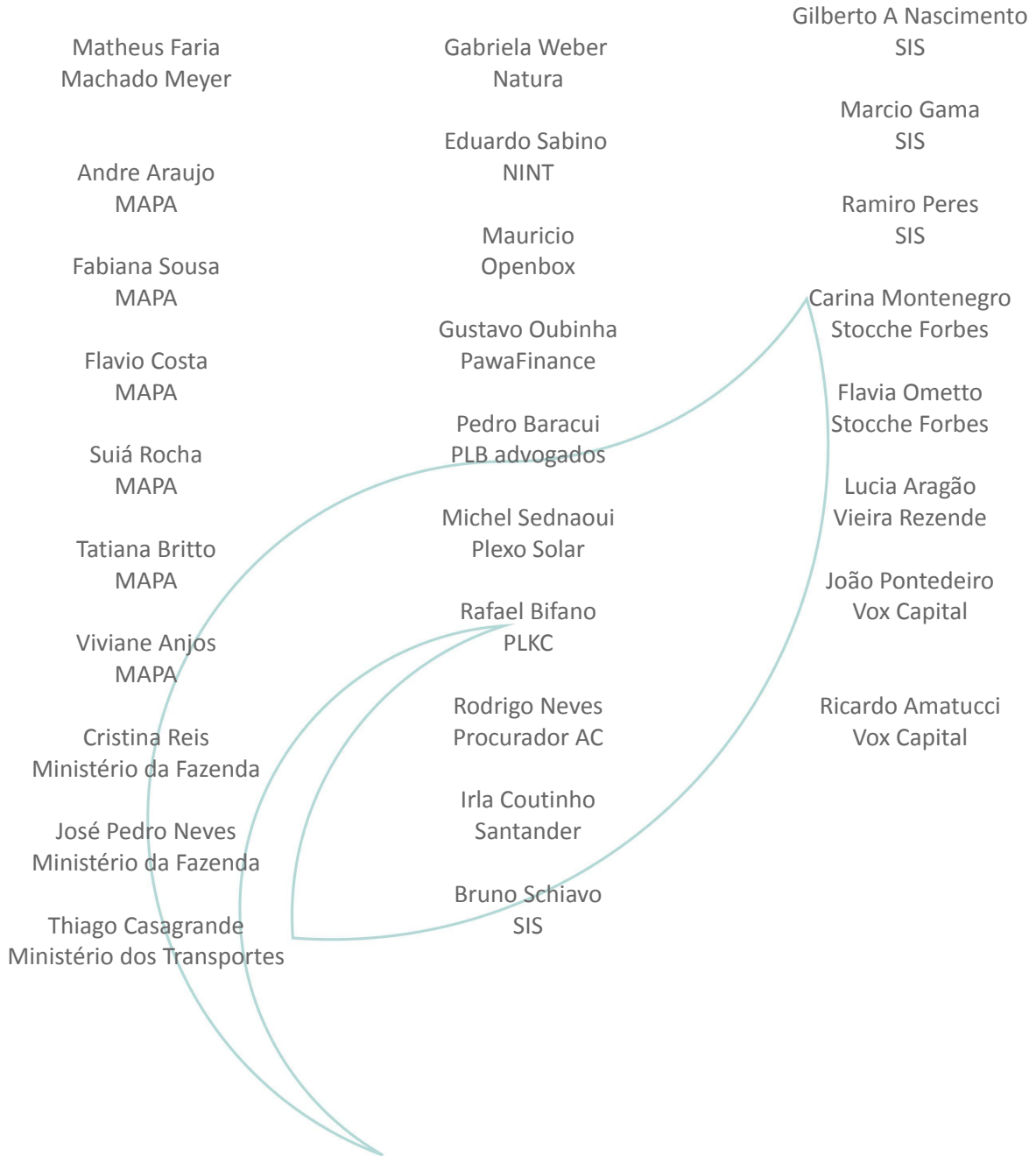
Participantes.....	3
Pauta da Reunião.....	6
Introdução e Objetivo.....	7
Breve Relato.....	7
# Painel 1 – Panorama e tendências para os mercados de carbono.....	7
# Painel 2 – Financiamento à Infraestrutura Sustentável e Soluções Baseadas na Natureza.....	9
# Painel 3 – Uso sustentável da terra: agricultura e bioeconomia.....	11
Principais Avanços do Ciclo Anterior.....	13
Principais Direcionadores para o Próximo Ciclo.....	13
Conclusões.....	14
Links.....	15



Participantes

Ilana Ferreira ABCON	Francine Varouf BID	Marina Albuquerque BTG Pactual
Anna Vilasboas ABDE	Orlando Lima BID	Ana Tome CAIXA
Camila Leotti ABDE	Tatiana Alves BID	Anne Santos CAIXA
Kesia Braga ABDE	Marcio Silva Pereira BMA	Daniel Schumacher CAIXA
Mariane Takahashi ABFintechs	Aline Melo BNDES	Fabiana Batista CAIXA
Mario Lewandowski AGBI	Daniel Silva BNDES	Filipe Carvalho CAIXA
Gustavo Ortolan ANBIMA	Guilherme Veronese BNDES	Kenio Vieira CAIXA
Natalia Chiaroni B3	Ligia Werneck BNDES	Raíssa Saré CDP Latin America
Luiz Euclides Banco da Amazônia	Patricia BNDES	Pedro Werneck Cnseg
Marina Souza BANDES	Debora Marinovic Bradesco	Marcelo Aron Cwerner Conexus
Aurea Carvalho BDMG	Guilherme Rinco Bradesco	Denise Seabra Consultora Independente
Emilio Botelho BDMG	Karen Daia Bradesco BBI	Luiza Lisboa Consulado Britânico
Luisa Lembi BDMG	Sofia Tavares Bradesco BBI	Fernando Galdi CPC
Renata Campos BDMG	Sofia Carra Brasfi	Gabriela Coser CPI





Pauta da Reunião

Hora	Conteúdo	Palestrante
14:00 – 14:10	Abertura	ABDE BID CVM GIZ
Painel #1 Panorama e tendências para os mercados de carbono		
14:10 – 14:15	Contribuições do LAB para o desenvolvimento dos mercados de carbono	Consultores GT Finanças Verdes
14:15 – 14:30	Mecanismos de Precificação de Carbono	Tatiana Alves BID
14:30 – 14:45	Estratégias do Governo para o Mercado de Carbono	Cristina Reis Ministério da Fazenda
14:45 – 15:00	Tratamento contábil dos créditos de carbono	Fernando Galdi CPC
15:00 – 15:10	Olhando para futuro: Oportunidades	Todos
Intervalo		
Painel #2 Financiamento à Infraestrutura Sustentável e as Soluções Baseadas na Natureza (SBN)		
15:15 – 15:20	Atuação e perspectivas do LAB	Consultores GT Finanças Verdes
15:20 – 15:35	Elementos para uma melhor governança dos investimentos na Amazônia	Gabriela Coser CPI
15:35 – 15:50	Experiências locais de SBN e desafios de financiamento	Juliana Ribeiro Fundação Grupo Boticário
15:50 – 16:05	O olhar da ABDE sobre o financiamento a projetos de infraestrutura sustentável	Késia Braga ABDE
16:05 – 16:15	Olhando para futuro: Oportunidades	Todos
Intervalo		
Painel #3 Uso sustentável da terra: agricultura e bioeconomia		
16:20 – 16:25	Atuação e perspectivas do LAB	Consultores GT Finanças Verdes
16:25 – 16:45	Casos práticos: novos arranjos para o financiamento da bioeconomia florestal	Gabriela Weber Natura José Pugas JGP
16:45 – 16:55	Olhando para futuro: Oportunidades	Todos
16:55 – 17:00	Encerramento	ABDE BID CVM GIZ

Introdução e Objetivo

A primeira reunião anual de 2023 do GT Finanças Verdes ocorreu no dia 20 de junho de 2023. Contou com a participação de membros de todos os subgrupos do GT Finanças Verdes: Finanças e Títulos Verdes; Agricultura Sustentável e Uso da Terra; Água, Saneamento e Resíduos; e Energia. Ao longo da tarde, estiveram presentes mais de **120** participantes.

A reunião teve como objetivo principal ouvir experiências do setor público e privado nos temas de interesse do Grupo com vistas a fomentar o diálogo em torno da elaboração de agenda de trabalho do novo ciclo do GT Finanças Verdes. O mote da reunião foi um olhar para frente, relacionando as apresentações dos convidados com o que o Grupo desenvolveu anteriormente e apoiando o processo de reflexão coletiva para construção de uma agenda de trabalho futura.

Breve Relato

A reunião foi estruturada em torno de **três painéis**, buscando abordar as temáticas e iniciativas dos subgrupos do GT de forma transversal.

Painel 1 – Panorama e tendências para os mercados de carbono

O primeiro painel contou com as participações de Tatiana Alves, Sector Lead for Green Finance do BID, de Cristina Reis, Subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, e de Fernando Galdi, membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Na introdução do painel, foram destacadas as iniciativas do GT no tema mercados de carbono, lembrando que o Grupo se dedicou ao mercado voluntário de carbono em função do contexto à época. Agora, contudo, há uma percepção geral de que haverá espaço para avançar as discussões no âmbito de um Mercado Regulado de Carbono.

Na sequência, Tatiana Alves fez breve exposição a respeito dos esforços do BID relativos ao uso de mecanismos de precificação de carbono como ferramenta para que os países cumpram suas

7

www.labinovacaofinanceira.com | info@labinovacaofinanceira.com

Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). Neste contexto, teve destaque a abordagem do BID no sentido de prover aos governos cooperação técnica para que estes implementem as políticas públicas necessárias para cumprimento dos compromissos climáticos no âmbito do Acordo de Paris.

Na segunda apresentação do painel, a Subsecretária Cristina Reis apresentou a estrutura do Projeto de Lei, em elaboração, a respeito do Mercado Regulado de Carbono. Foi dado destaque ao envolvimento das equipes técnicas de dez ministérios na elaboração do texto. Destacou-se também a inclusão de uma seção específica relacionada aos créditos de carbono em terras de povos tradicionais. Na sequência, foram evidenciados elementos adicionais do projeto de lei em elaboração: (1) o desenho normativo foi pensado para ser horizontal em termos setoriais, ainda que seja de conhecimento amplo que o setor industrial será mais afetado; (2) a regulação está baseada no conceito de instalações, com limite para emissões estipulado de forma similar a outras jurisdições, como o México e o estado da Califórnia nos EUA; (3) serão credenciadas metodologias e não entidades credenciadoras; (4) conciliação e processo de baixa contábil entre emissões; (5) governança; (6) autoridade competente definidora de escopo, diretrizes e monitoramento; e (7) registro centralizado.

Em termos de próximos passos, esclareceu que o documento está passando pela análise jurídica dos ministérios e, na sequência, seguirá tramites administrativos correlatos. Por fim, a Subsecretária colocou-se à disposição para participar do processo de coleta de percepções da sociedade e indicou que, a depender do caminho tomado pelo processo legislativo, uma consulta pública poderá ser realizada.

A terceira apresentação do painel temático de Carbono foi conduzida por Fernando Galdi, membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Foi apresentado conteúdo da minuta a respeito do tratamento contábil dos “créditos de descarbonização”, desenvolvida no âmbito do CPC, que será levada à audiência pública em breve. A definição de crédito de descarbonização adotada pelo CPC incorpora também os CBIOS. A apresentação trouxe detalhamento da diferenciação do tratamento contábil de acordo com o agente econômico envolvido: originadores de créditos de descarbonização, intermediários e usuários finais. Por fim, por meio de casos práticos, foi exemplificado o tratamento contábil de uma instituição que

assuma compromisso *Net-Zero*. Como próximo passo, em breve será divulgada audiência pública da minuta desenvolvida.

Painel 2 – Financiamento à Infraestrutura Sustentável e Soluções Baseadas na Natureza

O segundo painel do encontro reuniu temas que até o momento estavam sendo tratados de forma setorial, em dois subgrupos Energia e Água, Saneamento e Resíduos. Neste momento de novo ciclo, foi mencionado que o GT buscará uma abordagem transversal do financiamento às infraestruturas de baixo carbono. Com isto em vista, o painel contou com apresentações de Gabriela Coser, da *Climate Policy Initiative* (CPI/PUC), Juliana Ribeiro, da Fundação Grupo Boticário e Késia Braga, da Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento (ABDE).

A [primeira apresentação](#) deste painel foi realizada pela Gabriela Coser, da CPI, que abordou uma perspectiva do financiamento à infraestrutura sustentável com foco na Amazônia. A apresentação foi um resumo de amplo e aprofundado conjunto de estudos produzidos pela CPI a respeito do tema¹, que têm como fio condutor a agenda norteadora da instituição, voltada (i) ao aprimoramento da governança dos investimentos em infraestrutura; (ii) à ampliação da transparência nestes investimentos; (iii) à qualidade dos estudos ambientais; e (iv) ao processo de tomada de decisão da Administração Pública visando a antecipação da análise socioambiental. As principais mensagens dos estudos podem ser resumidas da seguinte forma:

¹Os estudos podem ser encontrados nos seguintes endereços:

Panorama de financiamento climático:

<https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/panorama-de-financiamento-de-rodovias-e-ferrovias-na-regiao-norte-e-no-brasil-elementos-para-uma-melhor-governanca-dos-investimentos-na-amazonia/>

Recomendações para infraestrutura na Amazônia:

<https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/infraestrutura-terrestre-na-amazonia-aco-es-para-sustentabilidade/>

Acesso à energia:

<https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/a-transicao-energetica-na-amazonia-legal/>

Acesso à saneamento:

<https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/redefinindo-prioridades-dos-planos-de-infraestrutura-no-estado-do-para/>

Acessibilidade digital:

<https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/acessibilidade-na-amazonia-legal-solucoes-digitais/>

- O aumento dos investimentos em infraestrutura na região amazônica sem melhoria na sua governança não trará os benefícios sociais pretendidos;
- O compliance do projeto é diferente do que é exigido por padrões ASG, "frameworks" e regulações;
- É necessário aprimorar a transparência das informações financeiras e socioambientais no nível do projeto.

A [segunda apresentação deste painel](#) foi realizada pela Juliana Ribeiro, da Fundação Grupo Boticário, e teve como mote destacar como o setor financeiro pode impulsionar cidades mais resilientes com soluções baseadas na Natureza (SbN). Com base no diagnóstico de que há uma carência técnica nas prefeituras do país relacionada à elaboração de projetos de infraestrutura, em particular em projetos com adicionalidade sustentável e de SbN, a Fundação Grupo Boticário desenvolveu uma aceleradora de projetos de SbN. Com base nesta experiência, exemplos de aplicações de SbN² foram apresentados. Ao final, como sugestão do trabalho da Fundação, recomendou-se a inclusão de soluções baseadas na natureza como contrapartida em projetos de financiamento de infraestrutura municipal – uma forma seria trazer exigências de SbN pelo próprio financiador, com *nudges* e incentivos distintos. Sob a ótica das instituições financiadoras, seria possível mensurar impactos positivos em termos sociais e ambientais a partir do financiamento destes projetos.

A [terceira mesa do painel](#) foi apresentada por Késia Braga, da ABDE, que compartilhou um panorama geral e a perspectiva da associação a respeito do financiamento à infraestrutura sustentável de baixo carbono. Entre 2020 e 2021, o Sistema Nacional de Fomento (SNF), composto por 34 instituições, destinou mais de R\$436 bilhões para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo 29% destinado à indústria, inovação e infraestrutura (ODS9). Ressaltou que mais de 97% do total de recursos destinados à infraestrutura nos municípios tem origem no SNF. Com esta representatividade, foram apresentadas barreiras observadas ao financiamento à infraestrutura sustentável sob a ótica dos municípios e das instituições financeiras:

² Para exemplos, veja apresentação da Fundação Grupo Boticário no seguinte endereço:

MUNICÍPIOS	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
Questão de priorização – outras questões são consideradas mais importantes. Baixa demanda por investimento em infraestrutura verde e sustentável	Questão técnica – falta de conhecimento técnico e recursos para apoiar cidades na criação de projetos climáticos "bancarizáveis" e para exigir critérios sustentáveis nos projetos
Questão técnica – falta de competências técnicas para desenvolver projetos sustentáveis e de competências financeiras para desenvolver projetos financiáveis	Questão financeira – falta de justificativa comercial para a concessão de empréstimos a projetos climáticos e/ou para tornar os empréstimos mais verdes
Projetos não elegíveis para financiamento e/ou alto custo de financiamento	Necessidade de funding – dificuldade de captação externa
Projetos climáticos nem sempre "bancarizáveis" / viáveis	
Descontinuidade de políticas com mudanças de gestão	

Como sugestão de agenda a ser trabalhada, foram apresentados alguns itens observados a partir dos trabalhos da ABDE, tais como:

- (i) Inserir/priorizar a questão verde e climática em linhas e produtos existentes
- (ii) Treinamentos e construção de capacidades nas instituições financeiras para o financiamento de infraestruturas sustentáveis
- (iii) Difundir taxonomias verdes e soluções baseadas na Natureza (SBN)
- (iv) Ampliar o financiamento a municípios + funding

Painel 3 – Uso sustentável da terra: agricultura e bioeconomia

É crescente o interesse pelo tema da Bioeconomia dentre os membros do subgrupo de Agricultura e Uso Sustentável da Terra. Em função disso, o terceiro painel foi dedicado à apresentação de duas iniciativas inovadoras no tema de bioeconomia florestal.

Gabriela Weber da Natura e José Pugas da JGP apresentaram dois mecanismos financeiros destinados aos sistemas de bioeconomia florestal, selecionados no edital de Blended Finance do BNDES em 2022.

Gabriela Weber apresentou o [mecanismo Amazônia Viva](#), desenvolvido pela Natura em parceria com Funbio, responsável pelo fundo facilitador (filantrópico), e Vert, responsável pela parte comercial do mecanismo constituído por um CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio). O mecanismo tem o objetivo de financiar a safra anual de pequenos agricultores

e comunidades ribeirinhas, que atuam por meio de cooperativas para fornecer produtos da floresta à Natura. Gabriela explicou a teoria da mudança que se baseia na premissa de que os dois mecanismos juntos poderão fortalecer estas cadeias, aumentando sua produtividade e a renda das famílias, e ao mesmo tempo manter a floresta em pé. Esse mecanismo busca suprir um dos desafios dessas comunidades que é o acesso ao crédito, além de questões organizacionais, diversificação da produção, acesso a mercados e agregação de valor aos produtos. Um dos diferenciais do mecanismo é ter a Natura comprometida com a compra da produção (*off-taker*). O mecanismo se encontra em fase de captação de recursos e de apresentação às cooperativas.

José Pugas, da JGP, apresentou mecanismo chamado de Fundo Multibiomas, uma parceria entre JGP, WWF e NINT. A JGP assume a função de gestora dos recursos e originadora de projetos; WWF fica responsável pela assistência técnica, mensuração de impactos das operações entre outras e NINT define taxonomia, framework de impacto e apoia a tomada de decisão de investimentos. O mecanismo é um FIDC para possibilitar o alcance de escala e diversidade, pois permite financiar vários projetos voltados à restauração produtiva que consiste na recuperação de áreas degradadas com a implantação de agroflorestas. Os ativos serão gerados nos biomas Amazônia (65%), Mata Atlântica (23%) e Cerrado (12%) em regiões específicas dos Estados do PA, RO, SP, RJ e BA, que cumpram alguns requisitos como questões fundiárias, disponibilidade de assistência técnica, acesso a mercados e economia local. Foram destacados dois importantes pilares de sustentação do mecanismo, um deles a conexão dos projetos com a economia local, que sejam operados por comunidades tradicionais locais e o segundo a independência de mecanismos de carbono. Dessa forma serão realizados projetos que sejam viáveis economicamente a partir do manejo agroflorestal, cujos retornos se mostram superiores aos retornos da pecuária ou produção de grãos, sendo o desafio fazer com que o mercado de capitais entenda o modelo e se disponha a alocar capital paciente, para que o fluxo de caixa seja compatível com o desenvolvimento da agrofloresta. Créditos de carbono serão ganhos adicionais, cujos recursos resultantes da sua comercialização serão direcionados aos produtores e proprietários de terra, para renovar as cotas subordinadas, além de alimentar o fundo filantrópico destinado à capacitação, obtenção de certificação e outros.

Principais Avanços do Ciclo Anterior

Os principais avanços do ciclo anterior estão relacionados aos Mercados de Carbono. Ao longo de 2021 o grupo promoveu uma trilha de *webinars*³ sobre mercados de carbono que gerou uma [publicação](#), um guia de [Perguntas e Respostas](#) sobre Mercados Voluntários de Carbono, divulgados em 2022, quando foi elaborada uma publicação com contribuições para o Mercado Voluntário de Carbono, focado em questões de natureza jurídica, tributárias e fundiárias, que está em fase de conclusão.

Principais Direcionadores para o Próximo Ciclo

A solução para os desafios que se apresentam para a sociedade, a economia e o meio ambiente passam pela conjunção de conhecimento científico, políticas públicas que incentivem e direcionem a economia e a alocação de capital que estimule o desenvolvimento econômico, a inclusão produtiva e distribuição de renda com proteção da Natureza, seja pela conservação do solo, pela manutenção de florestas nativas e de habitats naturais para preservação da biodiversidade, continuidade de ciclos hidrológicos e biológicos, aumento de produtividade e segurança alimentar que beneficiarão toda a sociedade brasileira.

O novo cenário abre espaço para o avanço do mercado regulado de carbono, tema com o qual o grupo pretende contribuir. As parcerias podem ser intensificadas com o conhecimento gerado a partir de soluções baseadas na Natureza (SbN), e tais aspectos devem ser incorporados na agenda de infraestrutura sustentável. Ao mesmo tempo o fortalecimento das políticas ambientais e da Sustentabilidade como tema transversal, sendo tomado como base em diferentes áreas públicas abre um novo caminho. O tema da Bioeconomia, que emerge com mais intensidade, ainda precisa de maior entendimento e nesse sentido o grupo pode também aportar importantes contribuições. Esses temas serão foco dos próximos trabalhos deste GT.

³ Os vídeos estão disponíveis no youtube e os links se encontram ao longo da publicação.

Conclusões

A reunião contou com um grande número de participantes e muitas apresentações interessantes de diferentes setores, reforçando o papel do LAB como um potente agregador e indutor do avanço das Finanças Verdes no Brasil. Um dos objetivos das reuniões anuais é justamente a troca de conhecimento e, nesse caso em especial, um olhar para o futuro com vistas à elaboração de uma nova agenda de trabalho. Este encontro tem potencial para intensificar parcerias entre os diferentes membros do GT e ampliar as possibilidades de colaboração, especialmente entre setores com competências tão diversas, como é o caso dos bancos de desenvolvimento e agências de fomento com organizações da sociedade civil, bem como entre gestores de recursos, empresas e produtores. Instrumentos financeiros existem e estão sendo cada vez mais utilizados, fica cada vez mais clara a necessidade de colaboração entre diferentes atores para que o conhecimento possa gerar as ações necessárias.

Links

Gravação da reunião

<https://drive.google.com/file/d/171fl2ATeMU6j9riOsXfzNXn0CKPNd3q/view?usp=sharing>

Apresentações disponibilizadas pelos autores:

ABDE

https://drive.google.com/file/d/1wGQ0PITbi_eYzTHO6j_PMuBke58FWKxH/view?usp=sharing

CPI

<https://drive.google.com/file/d/145MM54xv6hCzAbtGVtMp095IJvuy2Tlf/view?usp=sharing>

Fundação Grupo Boticário

https://drive.google.com/file/d/1eD160gAjKWK_LP4n30GtcezM7Qe6Ac4C/view?usp=sharing

Natura

<https://drive.google.com/file/d/1Tk7dGAesHOLyJOHFDX9abgwIbKHOWuLR/view?usp=sharing>

Nota: as apresentações utilizadas no painel 1 (PL do Mercado Regulado de Carbono e Minuta do CPC) não foram disponibilizadas em função do estágio de desenvolvimento dos projetos, que ainda poderão sofrer modificações.

